

## PATRÍCIA VALIM

**Argumento:** A Conjuração Baiana de 1798 foi um movimento político de contestação composto por pessoas de diferentes condições sociais com projetos políticos definidos e distintos. Apesar de objetivos conflitantes entre si, na primeira fase do movimento elaborou-se uma política coletiva entre os milicianos e homens da elite escravista (“os notáveis”, “a corporação de enteados”) que demonstrou à metrópole que os meios que estavam sendo considerados necessários para a renovação do poder metropolitano sobre a Bahia talvez não fossem suficientes.

**Implicações:** A tese enquadra a Conjuração Baiana como propulsora de novas ações reformistas da Coroa no fim do século XVIII e representativa de uma tomada de consciência por parte, principalmente, da elite e do governo colonial da situação exploratória do colonialismo. Enquadra, portanto, grande parte do pensamento de Fernando Novais. A tese também centraliza a elite escravista como importante protagonista do movimento.

**Debate Historiográfico:** A autora contrapõe-se à Historiografia dos séculos XVIII e XIX, representadas principalmente por John Armitage e Francisco Adolfo de Varnhagen, que qualifica o movimento como exclusivamente composto pela baixa camada social baiana e deprecia seus objetivos políticos; mas também encontra uma tese alternativa em historiadores do século XX como Valentim Alexandre, que debate com a visão macroscópica de Fernando Novais e reavalia o papel da Conjuração afirmando que esta foi composta por “gente miúda”, e não pode ser considerada uma expressão de uma crise imperial. Entretanto, o principal debate do livro é referente à tese de Kenneth Maxwell, na obra “A Devassa da Devassa”. Maxwell também não considera o movimento como abrangente socialmente e afirma falta de racionalidade política dos partícipes. Conclui, portanto, que as revoltas do fim do século XVIII incentivaram reformas de acomodação da colônia com a metrópole. Patrícia propõe esclarecer questões não resolvidas por Maxwell quanto aos protagonistas da Conjuração e aos beneficiados pelas reformas de “acomodação”.

**Metodologia:** Análise de Luís dos Santos Vilhena; Autos das Devassas investigativas do fim da década de 1790; Palavras de testemunhas da devassa; Documentos referentes às Ordens Régias; Cartas entre autoridades locais e metropolitanas; Documentos da Câmara Municipal entre 1796 e 1800; Tese de Jack Greene, principalmente no que se refere às “autoridades negociadas”. Esses documentos demonstram a participação dos enteados na Conjuração, comprovam que havia um equilíbrio de poder e interesses negociável entre o mando local e a Coroa e, portanto, o reformismo de Dom Rodrigo os inquietou, e auxiliam na problematização das teses de Maxwell e Fernando Novais, questionando se a Conjuração acelerou o colapso do sistema ou impulsionou a “acomodação” metrópole-colônia.

**Estrutura:** A Introdução do livro é dividida em três partes: Em “O tema”, a autora apresenta um resumo do que foi, em dados históricos, a chamada Conjuração Baiana (1798). Em um contexto de expansão mercantil e demográfica, que acentuava a prosperidade da elite mercantil e as dificuldades de manutenção da população livre e pobre, boletins manuscritos ascendem com convocatórias a um Levante Democrático e Republicano. Logo o governo local e Régio inicia devassas investigativas que resultam na morte de quatro homens “livres, pobres e pardos” intitulados líderes da revolução.

A segunda parte, “A Conjuração Baiana de 1798 na historiografia”, traz consigo um resumo das teses historiográficas sobre este tema do século XVIII ao século XX. Nos séculos XVIII e XIX, a historiografia afirma a baixa composição social do movimento, que representava uma “barbárie” (século XVIII) e uma ameaça à unidade

nacional (século XIX) justificando suas punições. No século XX ocorre uma “inversão historiográfica” que alarga as bases sociais do movimento e retrata-o como uma expressão de uma ascendente consciência da exploração colonial no Brasil. A partir da segunda metade do século, entretanto, algumas revisões sobre o papel da Conjuração Baiana são feitas.

Em “A tese, as fontes e a metodologia” a autora apresenta as ideias que serão defendidas em seu livro. A partir de questões que, segundo a autora, não foram respondidas por Kenneth Maxwell, Patrícia compõe sua tese de diversidade social entre os partícipes da Conjuração e destaca o papel crucial da “corporação dos enteados” – elite escravista baiana privilegiada econômica e politicamente por D. Fernando e pela Coroa através do Secretário de Estado e Governo do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque – no movimento, devido ao seu descontentamento com as reformas de Dom Rodrigo. Seu método de análise baseia-se, principalmente, na situação político-econômica do Império Português no momento e na ligação do mando local com o poder central.